



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## **BOAS PRÁTICAS PARA EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS: A EXPERIÊNCIA DE CONSTRUÇÃO DE REFERENCIAIS NO TERRITÓRIO DO RECÔNCAVO DA BAHIA**

**Tatiana Pacheco Rodrigues<sup>1</sup>**

**Tatiana Ribeiro Velloso<sup>1</sup>**

**Ana Elisa Del'Arco Vinhas Costa<sup>1</sup>**

**Alane Cerqueira Souza<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Docentes - CCAAB/UFRB

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Medicina Veterinária - UFRB

Endereço eletrônico: [www.ufrb.edu.br](http://www.ufrb.edu.br)

### **INTRODUÇÃO**

A economia solidária é um modo de organização que privilegia o trabalho coletivo na produção, no consumo, na comercialização e nas finanças, com princípios fundados na autogestão, na cooperação e na democracia, que se expressam em milhares de organizações sob a forma de associações, cooperativas, grupos não formalizados, empresas recuperadas, redes de intercooperação, uniões e centrais nacionais.

Segundo a SENAES (2009), empreendimentos econômicos solidários são organizações coletivas, suprafamiliares, simples ou complexas, permanentes, formalizadas ou não, organizadas sob a forma de autogestão que realizam atividades comuns, que foi uma resposta importante da classe trabalhadora em relação às transformações do mundo do trabalho.

Para a viabilização dos empreendimentos econômicos solidários há necessidade de múltiplos fatores. São fundamentais os fatores internos, como o grau de solidarismo e a capacidade de gestão do negócio, como também são fundamentais os fatores externos, como articulações entre empreendimentos, centros de tecnologia, assessoria e qualificação profissional, articulação com mercados e principalmente contar com políticas públicas de fortalecimento (MAGALHÃES, 2000).

Segundo Velloso et al (2009), a busca de instrumentos necessários para a sobrevivência e o desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários se dará em uma concepção de eficiência e eficácia não apenas no aspecto econômico, mas também social,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

político, ambiental e cultural. Entende-se, portanto, que os empreendimentos envolvem não apenas trabalhadores associados, mas a comunidade e a família que gravitam no seu entorno. Desta forma, a organização dos empreendimentos solidários deverá alavancar a organização das comunidades em outros campos, como o da gestão participativa dos espaços públicos, incluindo os recursos naturais locais, as políticas de saúde e educação, enfim, outras interfaces de um programa de desenvolvimento territorial, sustentável e solidário.

O Sistema de Informação em Economia Solidária – SIES foi uma iniciativa pioneira desenvolvida pela SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária do MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, para a identificação e a caracterização dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil. A partir deste sistema constatou-se, em 2007, através dos 21.859 empreendimentos econômicos solidários mapeados, que as principais motivações de constituição dos empreendimentos foram como alternativa ao desemprego (46%), complemento de renda (44%), melhores ganhos com ação associativa (36%), possibilidade de gestão coletiva (27%) e condição para acesso a crédito (25%).

Entre as principais atividades produtivas desenvolvidas por estes empreendimentos econômicos solidários destacam-se a agropecuária, extrativismo e pesca desenvolvida por 41% dos empreendimentos, seguidos de alimentos e bebidas com 17% e da mesma forma com 17% para a atividade de artefatos artesanais. Percebe-se, portanto, que há um destaque para a atividade na área de manipulação dos alimentos, seja *in natura* ou na produção de matéria-prima, e principalmente no processamento de alimentos e de bebidas.

É importante destacar que das temáticas necessárias para a estruturação de empreendimentos econômicos solidários na área de manipulação de alimentos estão as Boas Práticas de Fabricação (BPF). Isso porque a maioria dos surtos de doenças transmitidas por alimentos (DTA) se desenvolve por falhas no processo produtivo, tais como manipulação inadequada, má utilização da temperatura de preparo e conservação dos alimentos, contaminação cruzada, higiene pessoal deficiente, limpeza inadequada dos equipamentos e utensílios, ausência de infraestrutura e de equipamentos adequados e contato de manipuladores infectados com o alimento pronto para consumo (SESC, 2003).

As Boas Práticas de Fabricação são procedimentos que devem ser adotados nos serviços de alimentação a fim de garantir a qualidade higiênico-sanitária e a conformidade dos alimentos com a legislação sanitária (BRASIL, 2004). O objetivo das Boas Práticas de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Fabricação é evitar a ocorrência de doenças provocadas pelo consumo de alimentos contaminados, seja de origem biológica, física ou química. Doenças transmitidas por alimentos são aquelas atribuídas à ingestão de alimentos ou água contaminados por bactérias, vírus, parasitas, toxinas, príons, agrotóxicos, produtos químicos e metais pesados (BRASIL, 2005). Além da questão de saúde pública, é necessário considerar que há perdas econômicas devido à deterioração de alimentos.

No Brasil, as Boas Práticas em Fabricação (BPF) tornaram-se obrigatórias para a produção industrial de alimentos em 1997, quando foram publicadas as portarias 326/97, do Ministério da Saúde, e 368/97, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 1997a; BRASIL, 1997b). Além destas portarias, o Ministério da Saúde instituiu as Resoluções-RDC n° 275/2002 e 216/2004 que dispõem, respectivamente, sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação e (BRASIL, 2002; 2004).

Embora o Brasil seja um dos maiores produtores de alimento do mundo, parcela significativa da população não tem acesso aos alimentos básicos necessários para a vida cotidiana. Situações de insegurança alimentar e nutricional podem ser detectadas a partir de diferentes tipos de problemas, tais como fome, obesidade, doenças associadas à má alimentação, o consumo de alimentos de qualidade duvidosa ou prejudicial à saúde, estrutura de produção de alimentos predatória em relação ao ambiente natural ou às relações econômicas e sociais, e ainda alimentos e bens essenciais com preços abusivos e a imposição de padrões alimentares que não respeitam a diversidade cultural (CONSEA, 2004).

Esses problemas foram considerados importantes no processo de incubação de empreendimentos econômicos solidários da área de alimentos, com princípios de entendimento das questões estruturais e culturais intrínsecas à realidade dos trabalhadores desses empreendimentos. Nesse contexto, esse trabalho relata e discute a experiência desenvolvida na área das Boas Práticas de Fabricação em empreendimentos econômicos solidários do Território do Recôncavo da Bahia, integrante do Programa de Desenvolvimento Territorial Solidário – PRODETES: Estruturação e Fortalecimento de Empreendimentos de Economia Solidária do Recôncavo da Bahia, desenvolvida pela Incubadora de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Empreendimentos Solidários - INCUBA/UFRB, apoiado pelo PROEXT – MEC, da Rede UNITRABALHO. O PRODETES teve como objetivo geral de proporcionar ações de estruturação e de fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários do Recôncavo da Bahia, a partir da construção de políticas públicas territoriais, promovendo a melhoria da qualidade de vida a partir de atividades voltadas para a geração de trabalho, renda e cidadania.

Desde 2007, a INCUBA/UFRB desenvolve ações de assessoria e de acompanhamento aos empreendimentos econômicos solidários no estado da Bahia de diversos setores produtivos, entre esses, tem o destaque para os empreendimentos cujo trabalho está diretamente ligado a área de manipulação e produção de alimentos. No processo de qualificação do trabalho desses empreendimentos, a formação em BPF é essencial para garantir a segurança alimentar dos produtos e conseqüentemente a manutenção da atividade como oportunidade de geração de trabalho, renda e cidadania. A metodologia trabalhada busca promover a melhoria da qualidade de vida de forma a valorizar a diversificação da produção, reapropriar o conhecimento tradicional, com respeito às relações de gênero equitativas e na perspectiva de contribuir na construção de políticas públicas territoriais sustentáveis.

Desta forma, os objetivos do trabalho desenvolvido de forma articulada no processo de incubação dos empreendimentos econômicos solidários foram de orientar manipuladores sobre a importância da higiene pessoal e ambiental na segurança alimentar; orientar manipuladores sobre as práticas durante recepção, armazenagem, manipulação e distribuição dos alimentos de forma a manter a segurança alimentar; acompanhar o processo de qualificação dos manipuladores na sua prática cotidiana de trabalho, a partir do acompanhamento da atividade produtiva, como um dos processos da atividade de incubação, com o respeito aos conhecimentos (re)apropriados pelos trabalhadores dos empreendimentos solidários nas temáticas de organização da sua produção; e buscar a articulação da ação de formação e de acompanhamento aos processos de participação no ambiente territorial, com consideração aos programas governamentais e as políticas públicas necessárias de estruturação e de fortalecimento dessas experiências.

## **METODOLOGIA**



As atividades desenvolvidas durante o trabalho foram: construção de diagnóstico e de plano de intervenção; elaboração e execução de oficinas; elaboração e distribuição de materiais didáticos; realização de acompanhamentos aos empreendimentos, com trocas de saberes e de conhecimentos.

As oficinas ofereceram formação teórico-prática com o propósito de proporcionar e construir noções básicas sobre o assunto, com o ponto de partida a partir das práticas dos trabalhadores dos empreendimentos. Foram realizadas três oficinas, no período de janeiro a dezembro de 2010. Os temas das aulas teóricas foram: contaminantes de alimentos; higiene pessoal; higiene das mãos; cuidados com a água de abastecimento; higiene dos alimentos; cozimento, reaquecimento e conservação; higiene dos utensílios e de equipamentos; e controle integrado de pragas. Para tanto, foram utilizados recursos áudio-visuais, folhetos e cartilhas para multiplicar informações sobre a importância das Boas Práticas, como também técnicas participativas de diagnóstico dos conhecimentos apropriados pelos trabalhadores nas suas práticas.

As aulas práticas discorreram sobre higienização das mãos e preparação de soluções sanitizantes. As atividades práticas foram realizadas em laboratório, onde cada participante recebeu avental, touca e todo material necessário para o bom desempenho dos trabalhos.

Para higienização das mãos foi utilizado sabão bactericida, demonstrado os procedimentos para uma boa higienização das mãos, incluindo a utilização de álcool 70% para anti-sepsia. No caso da solução clorada, esta foi preparada na concentração de 100ppm e foi demonstrado como esta deve ser utilizada na sanitização de superfícies. Os trabalhadores receberam material didático constando, além da formulação para preparação das soluções supracitadas, outras informações sobre a utilização de solução clorada, incluindo a higienização de frutas e hortaliças.

No acompanhamento mensal da produção de alimentos foi utilizada como apoio a aplicação da lista do Anexo II da Resolução - RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002. D.O.U de 23/10/2002, que lista a verificação das boas práticas de fabricação em estabelecimentos produtores / industrializadores de alimentos; verificando as não conformidades e empregando as ações corretivas necessárias.

A partir das suas práticas e das atividades formativas desenvolvidas, foram realizadas reuniões para constatar dificuldades e destacar os pontos positivos e assim observar as características de cada comunidade e verificar suas reais necessidades em relação às Boas



Práticas de Fabricação, com adequação a partir dos estágios de organização dos empreendimentos econômicos solidários e dos saberes (re)apropriados e construídos no período. É importante considerar que os trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários realizaram as atividades temáticas na área de manipulação de alimentos, de forma integrada com outras formações nas áreas de associativismo e cooperativismo e gestão de empreendimentos solidários, como também de articulação no ambiente do Território do Recôncavo da Bahia.

A adoção de estratégias de desenvolvimento territorial busca a compreensão e a articulação dos sujeitos sociais de uma determinada região para que possa construir políticas que promovam o aumento da riqueza produzida, a distribuição mais equitativa dos benefícios gerados desta riqueza e sua sustentabilidade ao longo do tempo. A formação de um ambiente de organizações sociais e econômicas articuladas em torno de contratos de desenvolvimento territorial estimula a cooperação e criam ambientes institucionais mais favoráveis para ampliação ao mercado de produtos e maior capacidade de inovação. Existe, portanto, a necessidade de construção de uma estratégia voltada para fortalecer e estimular relações de cooperação, fator essencial para a sustentabilidade dos processos de Desenvolvimento Territorial (VELLOSO et al, 2009).

Portanto, há necessidade de trabalhar a incubação de empreendimentos econômicos solidários articulados na base territorial, evidenciando temas vitais como cooperação, parcerias e redes; mobilização produtiva do território e cadeias produtivas; sustentabilidade e aprendizagem, com foco no protagonismo local e desenvolvimento sustentável. Nessa perspectiva, a mobilização do Território do Recôncavo Baiano vem junto com as ações de assessoria e de acompanhamento que fomentem a prática participativa de audiências públicas, plenárias, conferências, oficinas entre outros no Recôncavo da Bahia que articulem, promovam, informem, formem, demandem, executem as políticas públicas e os programas governamentais necessários para a consolidação de ações voltadas para o desenvolvimento territorial.

Sabe-se que a abordagem territorial tem como principal foco de ação a população mais susceptível ao empobrecimento. Especificamente no território do Recôncavo da Bahia, a discussão da territorialidade vem entorno de construção de políticas de inclusão social e de fortalecimento das estruturas econômicas, sociais e culturais da economia solidária e da agricultura familiar, e especificamente na área de manipulação e de processamento de



alimentos os desafios apontados foram na parte de formação e de capacitação técnico-profissional e de infraestrutura adequada para a atividade.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta atividade foram trabalhadas 50 famílias de duas comunidades no processo de qualificação e incubação de manipulação de alimentos, situados no Território do Recôncavo da Bahia, como parte das ações da INCUBA/UFRB.

O processo de incubação é considerado inovador como projeto de geração de trabalho e renda, buscando construir um modelo de desenvolvimento de inserção social e econômica, combatendo a exclusão social, integrando a universidade como um dos sujeitos que pode contribuir e ter contribuição no sentido de promover a extensão universitária integrada com o ensino e a pesquisa, com o envolvimento direto de docentes e de discentes de graduação e de pós-graduação (VELLOSO et al, 2009). Segundo CULTI (2007) “o envolvimento das universidades tem sido importante no apoio às iniciativas da economia solidária em vista da sua capacidade de pesquisa, extensão e transferência de tecnologia, portanto, na elaboração teórica e realização de atividades práticas executadas por meio das ações desenvolvidas nas Incubadoras Universitárias com envolvimento de professores, pesquisadores, técnicos e acadêmicos. As Incubadoras atendem às demandas tanto dos trabalhadores diretamente bem como as dos poderes públicos que procuram parcerias para apoiar a formação de empreendimentos econômicos solidários”.

De acordo com FARID (2010) a metodologia de incubação deve ter a clareza da necessidade de educação unitária, que busque superar a fragmentação do conhecimento por via de um processo interativo entre os agentes – educadores e educandos. Entende-se que os métodos são caminhos, sugestões, possibilidades, portanto, não há fórmulas prontas. O conceito de interdisciplinaridade, que perpassa a economia solidária, quando pensado em sua complexidade exige que se superem os limites entre as disciplinas e que seja formulado como interdisciplinaridade. No entanto, incubação é trabalho recente como extensão universitária e como experiência interdisciplinar. Exige preocupação com a responsabilidade diante das expectativas geradas.

A metodologia tem componentes, aqui apenas apontados, que precisam continuar com aprofundamento nos seus conteúdos: a) Implantação e avaliação do trabalho das incubadoras;



b) Incubação nas suas etapas (pré-incubação, incubação e desincubação) e a avaliação participativa dos empreendimentos incubados (fatores de desenvolvimento, crise, sucesso, insucesso, redefinição de estratégias); c) Intercâmbio entre incubadoras para implantação de novas incubadoras; d) Intercâmbio entre EES no sentido da construção de Redes de Economia Solidária.

Neste contexto, pode-se considerar que os empreendimentos econômicos solidários acompanhados neste trabalho, atualmente encontram-se na fase de incubação. Uma das dificuldades encontradas durante a realização das atividades foi à disponibilidade de horários para a realização de cursos ou revisões sobre BPF (Boas Práticas de Fabricação), devido à rotina de trabalho das comunidades. Observou-se que, por motivos culturais ou por hábitos domésticos, algumas pessoas apresentaram resistência ou dificuldade no entendimento do que se tratam as Boas Práticas de Fabricação, mas que os exercícios e as vivências práticas foram fundamentais para a superação das trocas de experiências e de saberes e de superação das resistências.

Esta situação não é única, segundo Moura e Meira (2011) a utopia na experimentação certamente encontra obstáculos de várias ordens. Além de lidar com os valores individualistas e de competição, há percalços de ordem material e relacionados ao pouco aprendido da produção coletiva. Mesmo com as dificuldades, os trabalhadores seguiram as orientações e apropriaram o conhecimento de forma adequada a sua realidade. Isto caracteriza um ponto positivo para a continuidade da atividade, já que um dos objetivos é multiplicar o conhecimento adquirido, da mesma forma demonstra que alguns manipuladores compreenderam a importância das Boas Práticas na segurança alimentar e na geração de renda e readequaram e reapropriaram a partir da sua realidade e de sua prática de concepção de mundo.

Segundo as proposições do CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2010), é importante considerar que as Políticas Públicas existem para promover, prover e garantir os direitos humanos. Entre esses direitos está a Segurança Alimentar e Nutricional voltada ao Direito Humano à Alimentação Adequada - DHAA. Os gestores possuem papéis na tomada de decisões sobre as políticas públicas, mas a sociedade civil tem responsabilidade fundamental porque muitas destas políticas são demandadas e construídas pela própria sociedade civil. Nesta temática o CONSEA assume o papel de mediação entre a sociedade civil e poder público no campo da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).



O Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) é o sistema público criado pela Lei nº 11.346/2006 - LOSAN para articular e gerir as políticas públicas de SAN. A exemplo de outros sistemas públicos, o SISAN deverá ser capaz de articular e promover as relações gerenciais entre todos os entes federados, sendo que todos devem ter como meta comum a realização plena do DHAA. Entretanto, uma questão importante merece relevo: apesar dos avanços obtidos nos últimos anos, no que se refere à melhoria da renda das famílias e dos indicadores nutricionais, o fato é que muitas pessoas que têm o seu DHAA violado não têm conseguido acessar as políticas públicas das quais são titulares de direitos. Este tem sido um dos pontos mais debatidos pelo CONSEA Nacional e enseja uma tarefa desafiante para os gestores governamentais.

Para a superação deste problema entende-se que as políticas públicas devam ser periodicamente avaliadas e realinhadas, para que seus objetivos sejam realmente alcançados e os seus titulares de direitos possam efetivamente ter acesso a elas. No caso da temática de Boas Práticas de Fabricação no contexto da incubação de empreendimentos econômicos solidários o desafio está no desenvolvimento de ações de caráter interdisciplinar no ambiente acadêmico de assessoria e de acompanhamento, bem como de considerar o saber apropriado e vivenciado pelos trabalhadores como referencial de construção, como também de articular esse conjunto de saberes e de práticas com as políticas territoriais que possibilitem o processo de estruturação de empreendimentos na área de processamento e de manipulação de alimentos.

A legislação sanitária foi desenvolvida considerando a necessidade de constante aperfeiçoamento das ações de controle sanitário na área de alimentos visando a proteção à saúde da população; considerando a necessidade de harmonização da ação de inspeção sanitária em serviços de alimentação; considerando a necessidade de elaboração de requisitos higiênico-sanitários gerais para serviços de alimentação (BRASIL, 2002; 2004). Mas no contexto dos empreendimentos econômicos solidários as políticas públicas não podem deixar de considerar o apoio do qual as organizações necessitam para o melhor atendimento e aplicação da legislação, além de apoio para aquisição de infraestrutura e equipamentos para que tal legislação seja cumprida. Um exemplo foi a criação do **Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa)**, regulamentado pelo Decreto nº 5.741 de 30 de março de 2006, é um sistema unificado e coordenado pela União, com participação dos municípios, estados, através de adesão. A Bahia foi um dos três primeiros estados a aderir ao Suasa. De



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

acordo com este sistema produtos inspecionados por qualquer instância, podem ser comercializados em todo o território nacional.

Esse novo sistema de inspeção sanitária permite a legalização e implementação de novas agroindústrias, o que facilita a comercialização dos produtos industrializados localmente no mercado formal em todo o território brasileiro. Esse instrumento legal acabou com algumas restrições existentes para o trânsito de produtos alimentícios. Antes, só tinham livre trânsito no território nacional os produtos sujeitos a inspeção federal. Com esta lei transitam, nacionalmente, tanto os produtos com inspeção estadual como os que têm, apenas, inspeção municipal. Com isso, melhor do que o sistema de inspeção anterior, o Suasa impulsiona a geração de postos de trabalhos e de renda entre as famílias envolvidas no processo produtivo. O resultado desse movimento da economia local e o aumento da arrecadação de tributos pelo município, que vem da venda dos produtos industrializados e do aumento da renda das famílias. Além disso, a renda gerada aumenta a capacidade de consumo das famílias, aquecendo o comércio (vestuário, alimentos, eletrodomésticos, insumos, etc.), impulsionando o desenvolvimento local e dos territórios (BRASIL, 2011).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A experiência no desenvolvimento de ações na área de Boas Práticas de Fabricação foi importante para consolidação dos empreendimentos solidários na área de manipulação de alimentos, mas também para discutir as especificidades de intervenções a partir do contexto das políticas públicas da Economia Solidária de forma articulada as políticas territoriais. Percebe-se que há necessidade de implantação de políticas públicas de fortalecimento de empreendimentos solidários, principalmente para ações estruturantes de adequação de marco legal e de metodologias baseadas nas trocas de saberes e de experiências, pois nem todos os empreendimentos solidários e/ou comunidades têm acesso a projetos e programas, seja pelas Universidades, Instituições de Fomento ou do próprio Governo, como ponto de partida de construção de ações estruturantes na área de geração de trabalho e renda, com consolidação de participação do ambiente territorial.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária. **Portaria n° 368 de 04/09/97**. Aprova o regulamento técnico sobre as condições higiênico-sanitárias e de boas práticas de elaboração para estabelecimentos. elaboradores/industrializadores de alimentos. Brasília – DF, 1997a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Portaria n° 326, de 30/07/97**. Aprova o Regulamento Técnico sobre "Condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos". Brasília – DF, 1997b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **RDC n° 275, de 21 de outubro de 2002**. Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas de Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos. Brasília – DF, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **RDC n° 216, de 15/09/04**. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Brasília – DF, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. SVS - Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Eletrônico Epidemiológico. Doenças Transmitidas Por Alimentos (DTA)**. ANO 05, n° 6, 28/12/2005. Disponível em <[http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/bol\\_epi\\_6\\_2005\\_corrigido.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/bol_epi_6_2005_corrigido.pdf)>. Acesso em: 24 de mai. de 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. **Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa)**. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/suasa>>. Acesso em: 24 de mai. de 2011.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil - Indicadores e Monitoramento: da Constituição aos dias atuais**. 2010. Disponível em <[www4.planalto.gov.br/consea](http://www4.planalto.gov.br/consea)>. Acesso em: 21 de mai. de 2011.

CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Princípios e Diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional**. Textos de Referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, Julho de 2004. Disponível em <<http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/publiuacoes-arquivos/principios-e-diretrizes-de-uma-politica-de-san>>. Acesso em: 24 de mai. de 2011.

CULTI, M. N. **ECONOMIA SOLIDÁRIA: Incubadoras Universitárias e Processo Educativo**. Disponível em: <<http://www.unitrabalho.org.br>>. Acesso em: 10 ago. de 2009.

FARID, E. **Sobre concepção de incubadora universitária de empreendimentos de economia solidária da UNITRABALHO e sobre metodologia de incubação**. Disponível



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

em <<http://www.unitrabalho.org.br/IMG/pdf/sobre-concepcao-de-incubadora-universitaria-de-empresendimentos.pdf>>. Acesso em: 21 de set. de 2010.

MAGALHÃES, R. S. A nova economia do desenvolvimento local. In: II Conferência Da Work And Labour Network, Rio de Janeiro, 2000. **Anais da II Conferência da Work And Labour Network**. Rio de Janeiro: 2000. s.p.

MOURA, M.S.; MEIRA, L. **Desafios da gestão de empreendimentos solidários**. < Disponível em <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/iciepa/unpan005467.pdf>>. Acesso em: 19 de abr. de 2011.

SENAES. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Sistema de Informação em Economia Solidária**. Brasília: SENAES/MTE, 2009. Disponível em < <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/sistema-nacional-de-informacoes-em-economia-solidaria/>>. Acesso em: 10 ago. de 2009.

SESC - Serviço Social do Comércio. **Banco de Alimentos e Colheita Urbana: Manipulador de Alimentos I - Perigos, DTA, Higiene Ambiental e de Utensílios**. Rio de Janeiro: SESC/ DN, 2003. 25 pág. (Mesa Brasil SESC - Segurança Alimentar e Nutricional). Programa Alimentos Seguros. Convênio CNC/CNI/SENAI/ANVISA/SESI/SEBRAE. <Disponível em [www.sesc.com.br](http://www.sesc.com.br)>. Acesso em: 11 de nov. de 2009.

VELLOSO, T. R. et al. **Programa de Desenvolvimento Territorial Solidário – PRODETES: estruturação e fortalecimento de empreendimentos da economia solidária do Recôncavo da Bahia**. Brasília: Edital PROEXT/MEC, 2009.